

1) Apuração do ICMS						
Discriminação	Destino Origem (UF)	ICMS (%)	Ano Base		Ano 1	
			R\$ Tributável	R\$ Imposto	R\$ Tributável	R\$ Imposto
Débitos Fiscais						
Total de Débitos Fiscais						
Créditos Fiscais						
Total de Créditos Fiscais						
ICMS Apurado						
Redução do ICMS						
ICMS a Pagar						

2) Resultados Operacionais		
Discriminação	Ano Base	Ano 1
Receitas		
Receita de Vendas		
ICMS Substituição		
IPI		
Receita Bruta		
Custos Fixos		
Total Custos Fixos		
Custos Variáveis		
Total Custos Variáveis		
Custo Total		
Resultado Operacional		

3) Usos e Fontes				
Discriminação	Existentes Ano Base	Previstas Ano 1	Previstas Ano 2	Total do Período
Usos				
Inversões Fixas				
Total Inversões Fixas				
Inversões Financeiras				
Total Inversões Financeiras				
Total de Inversões				
Fontes				
Recursos Próprios				
Total de Recursos Próprios				
Recursos de Terceiros				
Total de Recursos de Terceiros				
Total das Fontes				

4) Cronograma Físico-Financeiro da Implantação do Projeto			
Atividades/ Fases	R\$ Total	Ano Base	Ano 1

5) Pontuação do Projeto				
Indicadores	Variáveis	Unidade	Valores	Pontuação
Socioeconômico				
1. Estímulo à economia local	Valor bruto anual das compras no Pará	R\$		
	Valor bruto anual do total de compras	R\$		
2. Contribuição ao valor adicionado	Valor anual da receita bruta	R\$		
	Valor bruto anual do total de compras	R\$		
3. Geração de emprego	Número de empregos	Quantidade		
Tecnológico				
4. Investimento em pesquisa e desenvolvimento	Investimento em P & D	R\$		
	Aquisição externa de novas tecnologias e outros conhecimentos	R\$		
	Investimento em treinamento de mão-de-obra	R\$		
	Desenvolvimento de projeto industrial inovador	R\$		
	Lucro Líquido	R\$		
Locacional				
5. Implantação nos Distritos Industriais	Sim / Não	Qualitativo		
Ambiental				
6. Porte e potencial poluidor/degradador	Nível potencial poluidor/degradador da atividade	I		
		II		
		III		
	Porte do empreendimento	A		
		B		
		C		
		D		
		E / F		
Total de Pontos				
Percentual de Imposto a ser Financiado				

6) Índices Econômico-Financeiros		
Resultados Econômico-Financeiros Sem Benefícios		
Discriminação	Ano Base	Ano 1
Receita Bruta		
Custo Total		
Resultado Operacional		
Resultados Econômico-Financeiros Com Benefícios		
Discriminação	Ano Base	Ano 1
Receita Bruta		
Custo Total		
Resultado Operacional		
Índices de Avaliação	Sem Benefícios	Com Benefícios
Lucratividade		
Rentabilidade		
Ponto de Nivelamento		

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA APRESENTAÇÃO

COM O PROJETO

Os documentos abaixo relacionados deverão ser protocolados na SEDECT após preenchimento do projeto no Sistema de Cadastro de Projetos constante no sitio da SEDECT na internet: www.select.pa.gov.br.

1- REPRESENTANTES LEGAIS

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- Declaração de Rendimentos – Imposto de Renda;
- Comprovante de residência atualizado;
- Curriculum Vitae.

2- EMPRESA

- Requerimento solicitando o benefício, firmado por representante legal da empresa requerente;

- Projeto elaborado por técnicos ou empresas devidamente habilitados e cadastrados nos órgãos de registro profissional, impresso através do Sistema de Cadastro de Projetos constante no sitio da SEDECT;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Cartão de Inscrição Estadual;
- Contrato social e a última alteração, consolidados e atualizados, com registro na Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA;
- Estatuto Social e Ata de Constituição e a última alteração, consolidados e atualizados, registrados no Cartório de Registros de Títulos e Documentos;
- Registro de firma individual devidamente registrado na Junta Comercial competente;
- Ata ou aditivo do último aumento de capital;
- Ata da última eleição de diretoria;
- Certidão atualizada da JUCEPA, identificando o número do contrato social e alterações;
- Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício com assinaturas do contador e do(s) administrador(es) da empresa referentes aos 03 (três) últimos exercícios, ou aos encerrados, se a empresa não contar 03 (três) anos de atividade. Se for empresa em implantação anexar o Balanco de Abertura;
- Licenças ambientais: licença prévia, licença de instalação ou licença de operação, conforme o caso;
- Autorização de funcionamento por parte da autoridade municipal de vigilância sanitária, para o caso de empreendimentos cuja atividade envolva o manuseio ou processamento de gêneros alimentícios, polua o meio ambiente e/ou afete diretamente a saúde pública;
- Certificado da comprovação do cumprimento das normas de Defesa Agropecuária perante o Governo Federal ou Governo Estadual, conforme o caso, para os projetos de agronegócio;
- Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa da Fazenda Estadual;
- Atestado de Idoneidade sem restrições emitido pelo BANPARÁ, ou, Declaração.

ANEXO III – DOCUMENTOS ADICIONAIS

Poderão também ser solicitados os seguintes documentos durante o período de fruição dos benefícios concedidos, tendo em vista objetivos específicos:

- Demonstração e análise dos resultados obtidos pela concessão do incentivo vigente, assinada pela diretoria da empresa;
- Exposição de motivos que justifique a necessidade do benefício adicional, assinada pela diretoria da empresa;
- Atas das reuniões da Assembléia Geral ou alterações contratuais, realizadas após a concessão do benefício em vigência, conforme o caso;
- Alvará de localização;
- Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, atual (do mês de solicitação do benefício) do imóvel no qual está instalada a empresa: próprio, locado ou arrendado, conforme for o caso;
- Outros documentos considerados necessários pelos grupos da Política de Incentivos.

ANEXO

MANUAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO FDE – INCENTIVOS FINANCEIROS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente documento objetiva apresentar procedimentos para a cobrança, liquidação e renegociação das operações regulares, em atraso, inadimplentes e prescritas dos Incentivos Financeiros através do FDE.

As operações dos Incentivos Financeiros através do FDE que apresentem problemas de liquidez devem ser regularizadas, repactuadas ou renegociadas visando a sua normalização e recuperação.

2. COMPETÊNCIAS PARA COBRANÇA, LIQUIDAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO

São competências do BANPARÁ:

- Realizar os procedimentos de cobrança administrativa e judicial;
- Analisar propostas de liquidação e renegociação de débitos;
- Elaborar parecer para cada proposta de liquidação e renegociação de débitos;
- Sugerir contrapropostas para avaliação dos devedores;
- Realizar as renegociações de débitos que se encontrarem dentro dos parâmetros mínimos e máximos estabelecidos no presente Manual;
- Encaminhar parecer sobre as propostas de renegociação que tenham merecido recomendação de aprovação pela sua equipe técnica e que estejam fora dos parâmetros mínimos e máximos estabelecidos no presente Manual para deliberação da Comissão da Política de Incentivos.